

	SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211	
---	---	---

Relatório 13¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

11 de maio de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 12)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – Já que foram relatadas 3 (três) novas informações, dentre elas, relativa ao fato de que a CCJ convocou o Ministro Paulo Guedes para participar de debate sobre a reforma administrativa, hoje (dia 11), a partir das 10:00 horas.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32), pois são apresentados os dados atualizados (até 10 de maio) da enquete relativa à PEC 32.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje, pois são apresentadas as atividades agendadas atualizadas (11 de maio).

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Audiência Pública para debater a admissibilidade da PEC 32/2020

Tema:

Audiência Pública para debater a admissibilidade da PEC 32/2020

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

11/05/2021 às 10h00

Situação:

Convocada

Informações:

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em face da aprovação do Requerimento nº 24/2021 (Dep. Rui Falcão), Requerimento nº 26/2021 (Dep. Darci de Matos), Requerimento nº 38/2021 (Dep. Gilson Marques), convida o Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, SR. PAULO GUEDES para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Fonte:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

Informação 02 – Seminário da Comissão de Trabalho sobre reforma administrativa continua nesta terça-feira

Seminário começou nesta segunda-feira

10/05/2021 - 11:21

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados continua, nesta terça-feira (11), o seminário para discutir a reforma administrativa ([PEC 32/20](#)). O evento teve início nesta segunda-feira (10).

O debate acontece no plenário 12, às 9 horas, e será possível [participar pela internet](#).

O tema da mesa serão as "Prerrogativas do Executivo e do Legislativo na organização administrativa do Estado e o impacto das reformas nas políticas de proteção social, educação e saúde".

O mediador será o deputado Rogério Correia (PT-MG) e os debatedores confirmados são:

- a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Sindicato dos Professores do Distrito Federal Rosilene Correa; e
- o empresário e escritor Eduardo Moreira;

Também foram convidados o ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia Paulo Uebel e um representante do governo.

O seminário foi proposto pelos deputados do PT Rogério Correia (MG), Vicentinho (SP), Erika Kokay (DF), Carlos Veras (PE), Leonardo Monteiro (MG), Marcon (RS) e Zé Carlos (MA); e pela deputada Flávia Moraes (PDT-GO).

Da Redação - CL

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/756610-seminario-da-comissao-de-trabalho-sobre-reforma-administrativa-continua-nesta-terca-feira/>)

Informação 03 – Reforma administrativa pode ampliar desigualdade de raça e gênero, alerta coordenadora de associação

Em seminário sobre a proposta, coordenador de frente parlamentar em defesa da reforma afirma que mudanças são necessárias para melhorar profissionalização e qualidade dos serviços públicos

10/05/2021 - 20:19

A proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional vai ampliar a desigualdade de raça e gênero na administração pública, de acordo com a coordenadora da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, Ariana Frances Carvalho de Souza. Ela participou nesta segunda-feira (10) da sexta audiência pública da série de debates que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ)

promove sobre a reforma administrativa. “A gestão, o ingresso, a remuneração e a responsabilização dos servidores devem atender a igualdade, isonomia e eficiência, que, hoje, estão garantidos pelo concurso público e pela estabilidade, direitos fundamentais que estão sendo atacados por essa PEC”, lamentou Ariana.

Ela apresentou dados do Atlas do Estado Brasileiro de 2020, segundo o qual há mais mulheres, no serviço público, ocupando cargos de nível administrativo e operacional, e mais homens nos cargos gerenciais e intelectuais. Os postos de liderança são ocupados, majoritariamente, por homens brancos. “A proposta [de reforma administrativa] não ataca esse problema, mas aprofunda essas diferenças. Mesmo com concursos públicos igualitários, não se conseguiu ainda superar as desigualdades de raça e gênero no serviço público. Tudo que está vindo de novidade, de mudança, de remodelagem do Estado brasileiro, vai aprofundar essas diferenças”, completou.

Ariana de Souza defendeu que a CCJ vote contra a admissibilidade da reforma administrativa, porque a proposta, em sua visão, fere a equidade e a impessoalidade na contratação e no desligamento de servidores públicos. Ela também citou a possibilidade de o presidente da República extinguir órgãos públicos e mudanças nas regras para a estabilidade, entre os motivos pelos quais defende a rejeição da PEC.

A proposta restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição dos cargos típicos de Estado.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Subsidiariedade

O diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo, João Luiz Pereira Rodrigues, falou contra o princípio da subsidiariedade, que coloca o Estado como complementar à iniciativa privada. Segundo ele, a PEC deve deixar expressa quais são as carreiras de Estado, ou seja, quais as funções que não podem ser delegadas à iniciativa privada.

Presidente do conselho dos Comandantes Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, Edgard Estevo da Silva disse temer que o princípio da subsidiariedade provoque “desequilíbrio social e enfraquecimento dos órgãos de segurança pública”.

O presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado, Antônio Carlos Fernandes Lima Junior pediu que a proposta não fosse votada sem um debate mais amplo com a sociedade, com uma aparência de “camuflagem pela pandemia”, e falou em “desastre” para as futuras gerações caso o texto vire realidade.

Para o deputado [Subtenente Gonzaga \(PDT-MG\)](#), os debates têm demonstrado que o caminho deveria ser pela rejeição da reforma. “Mais uma vez, cada um partindo da sua realidade, mas todos olhando para a PEC, caminha numa convergência que não nos deixa alternativa na CCJ a não ser, de fato, rejeitar essa PEC”, afirmou.

Qualidade

Não houve participantes favoráveis à reforma no debate da CCJ mas, paralelamente à audiência do colegiado, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizou um seminário sobre reforma administrativa.

O deputado [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#), que preside uma frente parlamentar em defesa da reforma, afirmou que é preciso fazer mudanças para garantir que os servidores consigam crescer profissionalmente, e que, por outro lado, os cidadãos tenham o retorno dos impostos que pagam.

Segundo ele, países como Chile, Colômbia, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos e Austrália conseguiram levar para a administração pública um nível de profissionalização e qualidade que não há no Brasil. “Hoje a administração pública brasileira não é capaz de entregar serviços públicos de qualidade para o cidadão e também não é capaz de entregar um ambiente propício ao desenvolvimento e reconhecimento dos nossos servidores públicos”, afirmou.

Para Mitraud, o texto enviado pelo governo é um ponto de partida, que deverá ser debatido e aprimorado pelo Congresso. Depois de passar pela CCJ, a reforma administrativa ainda precisa ser analisada por uma comissão especial e pelo Plenário.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Reportagem - Paula Bittar
Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/757388-reforma-administrativa-pode-ampliar-desigualdade>)

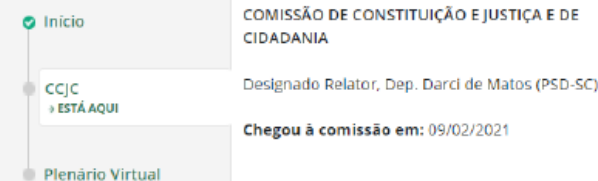
3 – Situação atual que se encontra

SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS



SENADO FEDERAL

Não há tramitação no Senado

REGIME DE TRAMITAÇÃO

Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 29/04/2021
Erika Kokay (PT-DF)
- 29/04/2021
Professor Israel Batista (PV-DF)
- 19/04/2021
Alice Portugal (PCdoB-BA)
- Mais discursos

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

07/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada, com a presença dos seguintes convidados, em virtude da aprovação dos respectivos requerimentos:
- 1)FABIO FAIAD BOTTINI Analista do Bacen e Presidente Nacional do SINAL - Sindicato Nacional Dos Funcionários do Banco Central REQ 49/2021 CCJC Orlando Silva (PCdoB/SP) REQ 30/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG)
- 2)JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO Procurador da Fazenda Nacional e Presidente do SINPROFRAZ - Sindicato Nacional dos Procurados da Fazenda Nacional REQ 8/2021 CCJC Paulo Teixeira (PT/SP) REQ 11/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ 78/2021 CCJ Fábio Trad (PSDB/MS)
- 3)MARCELO DE AZEVEDO Vice-Presidente da FENAPRF - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais REQ 23/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG) REQ 47/2021 CCJC João Campos (REPUBLICANOS/GO)
- 4)ANDRÉ LUIZ GUTIERREZ Presidente da COBRAPOL - Confederação Brasileira dos Trabalhadores(as) Policiais Civis REQ 18/2021 CCJC Luis Miranda (DEM/DF) REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG) REQ 59/2021 CCJC Léo Moraes (PODE/RO) REQ 77/2021 CCJ Lincoln Portela (PL/MG)

- 5) LUÍS ANTÔNIO DE ARAUJO BOUDENS Presidente da FENAPEF - Federação Nacional dos Policiais Federais REQ 5/2021 CCJC Aluisio Mendes (PSC/MA) REQ 6/2021 CCJC Luis Miranda (DEM/DF) REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG) REQ 41/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE)
- 6) NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA Assessor jurídico da FENAFIM - Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais REQ 11/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ 30/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG)

	•
--	---

- Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

5 – Enquete da PEC 32

Proposta de Emenda à Constituição
PEC 32/2020

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA
Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

ENTENDA A PROPOSTA
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) [Saiba mais](#)

AUTOR
Poder Executivo

SITUAÇÃO
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de

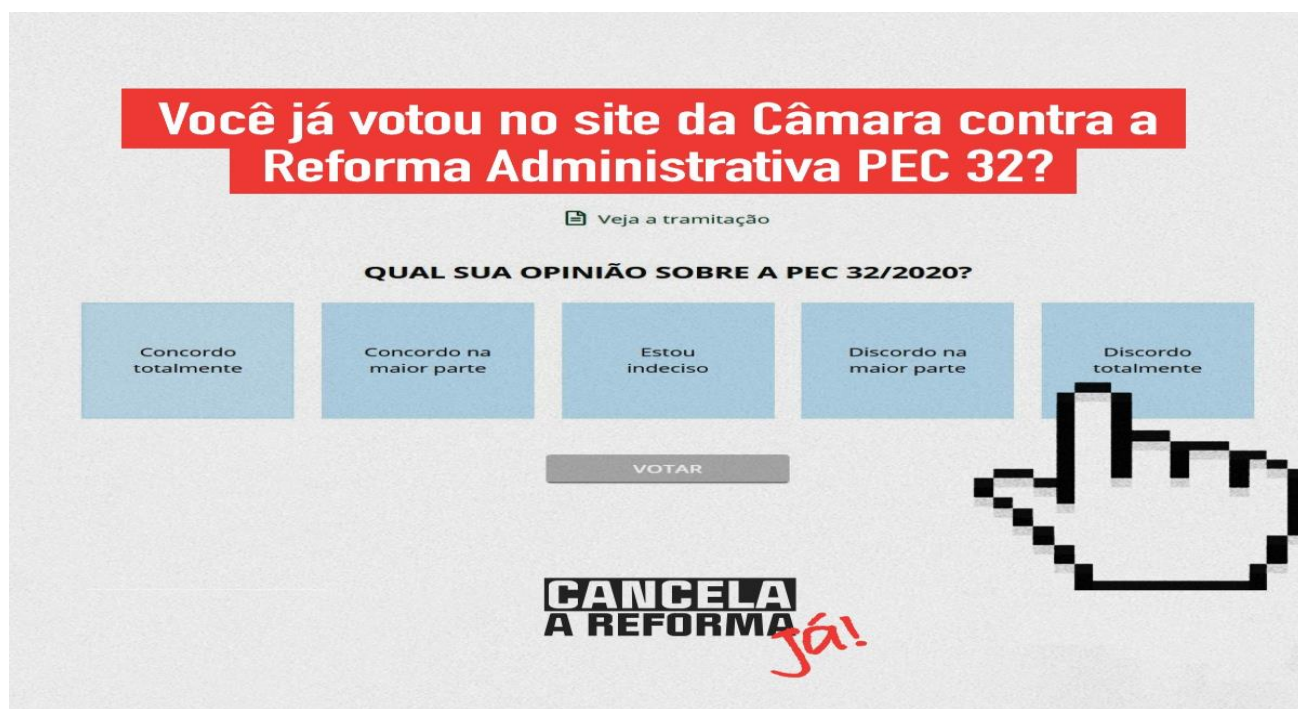
Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?
PREFIRO ESTA VERSÃO
Versão anterior desta ficha

SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA
Vote na enquete

QUEM VIU ESTA PROPOSTA
VIRI TAMBÉM

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>



6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 10 de maio

ENQUETE DA PEC 32/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

The screenshot displays the website interface for the CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo). The browser's address bar shows the URL: www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc.

AGENDA

HOJE **terça-feira, 11 de maio**

- 10h00** **Audiência Pública para debater a admissibilidade da PEC 32/2020** **convocada**
Audiência Pública
Anexo II, Plenário 01
- 13h00** **Discussão e Votação de Propostas** **convocada**
Reunião Deliberativa
Anexo II, Plenário 01

Agenda completa →

REUNIÕES ANTERIORES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

MAIO 2021

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

PESQUISA

Palavra-chave:

Data inicial: 11/05/2021 Data final: 11/05/2021

BUSCAR

8 – Agenda do dia de hoje

Tema:

Audiência Pública para debater a admissibilidade da PEC 32/2020

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

11/05/2021 às 10h00

Situação:

Convocada

Informações:

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em face da aprovação do Requerimento nº 24/2021 (Dep. Rui Falcão), Requerimento nº 26/2021 (Dep. Darci de Matos), Requerimento nº 38/2021 (Dep. Gilson Marques), convida o Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, SR. PAULO GUEDES para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Tema:

Discussão e Votação de Propostas

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

11/05/2021 às 13h00

Situação:

Convocada

PROPOSTAS PREVISTAS 11